

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**JOICY FONTANA FRAZÃO
MARA AMANDA COLOMBO
MARCELA ZANGUETTIN PARRA**

**RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS NA PRODUÇÃO
ORGÂNICA: UM ESTUDO DE CASO NA ESTÂNCIA DIOGO**

MARÍLIA
2010

JOICY FONTANA FRAZÃO
MARA AMANDA COLOMBO
MARCELA ZANGUETTIN PARRA

RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA:
UM ESTUDO DE CASO NA ESTÂNCIA DIOGO

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Gestão Empresarial.

Orientador:
Prof (a). Ms. Andréia de Abreu

MARÍLIA
2010



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM
Curso de Administração

Mara Amanda Colombo - 39391-6

Marcela Zanguettin Parra - 39236-7


Joicy Fontana Frazão - 40219-2

TÍTULO "RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA: UM ESTUDO DE CASO NA ESTÂNCIA DIOGO "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração de Empresas da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração de Empresas.

Nota: 10,00

ORIENTADOR: _____


Andréia de Abreu

EXAMINADOR: _____


Vânia Erica Herrera

Marília, 24 de novembro de 2010.

Dedicamos este trabalho

Primeiramente a Deus, o grande autor da vida,

que nos dá força na caminhada;

Aos nossos familiares, pelo amor, compreensão,

apoio e carinho;

Aos nossos amigos, pelo incentivo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos concedeu força nesta caminhada e que não deixou que desanimássemos nesta árdua jornada, e nos proporcionou coragem quando o cansaço nos pesava.

A Virgem Maria, nossa mãe, que sempre intercede por nós junto ao Pai, e que nunca desampara seus filhos aqui na terra.

Aos nossos pais que são os nossos guardiões aqui na terra, que sempre estiveram ao nosso lado, dando força, carinho, muito amor e compreensão. Eles são aqueles que estiveram mais próximos em nossos momentos de dificuldade e que não nos desampararam, sempre intercedendo por nós junto a Deus.

De modo particular, agradecemos aos nossos namorados, que souberam sempre a hora de ajudar ou de se calar, suportando os momentos de contradições, de oscilação de humor e desespero, com muito amor e dedicação, tornando os problemas um pouco menores, por alguns instantes.

Aos nossos amigos, que sempre tinham a palavra certa em determinados momentos, palavras essas que, em nossas angústias, não conseguíamos encontrar.

Em especial, ao senhor Romualdo, que nos atendeu com muita receptividade e que não nos negou nenhuma ajuda e informação, colocando sua propriedade à disposição, o que contribuiu para o enriquecimento deste trabalho.

Nossos sinceros agradecimentos a nossa orientadora, professora e mestra Andréia, que sempre nos motivou, ouviu nossas lamentações e disponibilizou seu tempo para que este trabalho fosse elaborado e concluído.

“O que me fascina em Jesus não é só a capacidade de ressuscitar os mortos, de curar os cegos ou os paralíticos, o que me fascina Nele é a sua capacidade e a coragem de dizer que Deus é Pai, um Pai que tem preferência pelos piores homens e mulheres deste mundo. Um Pai que ama os que não merecem ser amados, que abraça os que não merecem ser abraçados e que escolhe os que não merecem ser escolhidos. Um Pai que quebra as regras ao nos desconcertar com seu amor tão surpreendente, um Pai que não quer se ocupar com os erros que você cometeu até o dia de hoje. Porque o amor que Ele tem por você, é um amor cheio de futuro. Ele não está preso ao seu passado e a Ele não interessa o que você fez ou deixou de fazer de sua vida. A Ele o que importa é o que você ainda pode fazer. (...)

“Pode ser que você hoje também necessite ser olhado por Deus com olhos de amor, eu sei que não é fácil a gente conviver com os nossos defeitos, mas desafie-se! Desafie-se a pensar que Deus ainda acredita em você, e se Ele ainda acredita, quem sou eu pra duvidar agora.”

Padre Fábio de Melo – Graças Pai

FRAZÃO, Joicy Fontana. COLOMBO, Mara Amanda. PARRA, Marcela Zanguettin. **Relações interorganizacionais na produção orgânica: Um estudo de caso na Estância Diogo**, 2010. 56 f. Monografia – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, 2010.

RESUMO

Este trabalho trata de um estudo sobre a produção de alimentos orgânicos, envolvendo seu surgimento, seu conceito, sua expansão no Brasil e no mundo, sua produção e comercialização, que é facilitada através de relações interorganizacionais. A agricultura orgânica surgiu com base na cultura hindu, os quais não utilizavam agrotóxicos e fertilizantes. O objetivo deste trabalho é descrever a produção de alimentos orgânicos e como as relações interorganizacionais podem auxiliar neste processo. Dessa forma, esse tipo de agricultura baseia-se no cultivo de alimentos sem esses insumos. Como forma de garantia, aos consumidores, que esses produtos sejam isentos dessas substâncias, é preciso que eles sejam comercializados com o selo de certificação, que é adquirido pelos produtores desde que eles realizem todos os procedimentos de acordo com a Instrução Normativa 007/99 de 17 de maio de 1999, que dispõe sobre a certificação de produtos orgânicos. A agricultura orgânica utiliza-se das relações interorganizacionais a fim de se consolidar no mercado, com maior facilidade de incentivos governamentais, minimizando também seus custos. Isto ocorre através de parcerias, clusters, alianças e cooperações. Um estudo de caso foi realizado, que proporcionou a observação dos conceitos estudados e a prática desta agricultura.

Palavras-chave: Produção Orgânica. Certificação. Cooperação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1- Identificação da Propriedade | 53 |
| Figura 2- Parte da área de Cultivo | 53 |
| Figura 3- Estufa de mudas | 54 |
| Figura 4- Irrigação | 54 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAO: Associação de Agricultura Orgânica
- ABIO: Associação de Agricultores Biológicos
- ANC: Associação de Agricultura Natural
- COOLMÉIA: Cooperativa Ecológica
- FAESP: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo
- FVO: Farm Verified Organic
- IBD: Instituto Biodinâmico
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMO: Instituto de Mercado Ecológico
- MAPA: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- OCS: Organização de Controle Social
- OPAC: Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
- PIB: Produto Interno Bruto
- SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SisOrg.: Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
- SPG: Sistemas Participativos de Garantia

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos da atividade econômica – Brasil – 2006..... | 23 |
| Tabela 2 – Proporção de estabelecimentos produtores de orgânicos no total dos estabelecimentos, segundo os grupos da atividade econômica Brasil – 2006..... | 24 |
| Tabela 3 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação – Brasil – 2006 | 25 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO 1 – PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS..... | 13 |
| 1.1 Produção Agrícola..... | 13 |
| 1.2 Produção Orgânica..... | 16 |
| 1.2.1 Histórico..... | 16 |
| 1.2.2 Conceito..... | 16 |
| 1.3 Descrição da Cadeia Produtiva..... | 18 |
| 1.3.1 Produção Orgânica..... | 18 |
| 1.3.2 Industrialização e Comercialização..... | 19 |
| 1.4 Produção no Mundo e no Brasil..... | 21 |
| CAPÍTULO 2 – CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS..... | 27 |
| 2.1 Conceito e Origem da Certificação..... | 27 |
| 2.2 Instituições Certificadoras..... | 28 |
| 2.3 Etapas do Processo de Certificação..... | 31 |
| 2.4 Outras Tipologias de Certificação..... | 32 |
| CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS..... | 34 |
| 3.1 Conceito..... | 34 |
| 3.2 Vantagens e Desvantagens das Relações Interorganizacionais..... | 36 |
| 3.3 Tipos de Relações Interorganizacionais..... | 37 |
| 3.3.1 Clusters..... | 37 |
| 3.3.2 Aliança Estratégica..... | 38 |
| 3.3.3 Redes de Cooperação..... | 39 |
| 3.4 Relações Interorganizacionais na Produção Agrícola..... | 39 |
| 3.5 Estudo de Caso: Estância Diogo..... | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 48 |
| APÊNDICES..... | 52 |
| ANEXOS..... | 55 |

INTRODUÇÃO

A agricultura, junto com a pesca e a caça, sempre foi uma das formas mais básicas de sustento e com a intensificação do sistema de rotação de culturas aconteceram as revoluções agrícolas, que trouxeram para a agricultura os fertilizantes químicos, os agrotóxicos e as máquinas à combustão. As terras se tornaram improdutivas e foram abandonadas pelos agricultores.

Segundo Graziano da Silva (1998), acontece então a Revolução Verde, que trouxe as máquinas para a agricultura, a fim de produzir mais alimentos, pois a população estava crescendo e a produção não estava atendendo esta demanda. Em decorrência disso, aconteceram vários impactos ao meio ambiente, o que despertou na população o interesse por essas questões, voltando sua atenção para a agroecologia. Começa então uma discussão em torno de técnicas que não agridem o meio ambiente, os primeiros preceitos da agricultura orgânica.

A agricultura orgânica, conforme Ormond et al. (2002), trata-se de um processo que não utiliza nenhum agrotóxico ou fertilizante industrial e utiliza esterco animal, biofertilizantes e conta com o auxílio dos predadores naturais.

Porém, para poder ser comercializado como orgânico, o produto tem que ser certificado. A certificação é um requisito primordial para a comercialização de orgânicos, pois ela garante que aquele produto está de acordo com as normas exigidas pela legislação dos orgânicos. Para obter a certificação é necessário que o interessado procure uma certificadora, já seja credenciada e que possa fornecer este selo. O custo para a certificação é alto e muitas vezes, os produtos são comercializados como naturais ou livre de agrotóxicos, por não ter conseguido o selo de orgânico.

Como solução para este problema, muitos buscam parcerias, através de relações interorganizacionais, para que consigam este selo. Neste caso, cada elemento da rede contribui com algo para que as especificações sejam atendidas. Um tipo muito comum de certificação que está sendo utilizada pelos pequenos produtores é a certificação participativa, um sistema em que agricultores e consumidores participam e que garantem que o produto foi produzido dentro das especificações que asseguram a qualidade do processo de produção e do produto final.

Portanto, este trabalho de curso tem como objetivo descrever a produção de alimentos orgânicos no Brasil e como as relações interorganizacionais podem auxiliar o

processo de produção desses produtos. A escolha do tema se deu pelo fato da particularidade do tema e também por ser algo cada vez mais ressaltado e estudado. As pessoas têm buscado melhorar sua qualidade de vida e tudo o que está relacionado com isso está em ascensão.

Diante desse mercado, percebeu-se que as relações interorganizacionais estão presentes na agricultura orgânica, pois é preciso buscar parcerias com outros agentes para poder se certificar. Isso acontece principalmente com os pequenos produtores.

A pesquisa foi realizada em livros, artigos acadêmicos, revistas e uma pesquisa de campo. As leituras proporcionaram a abordagem de vários conceitos, sobre a produção agrícola convencional, a produção agrícola orgânica, a certificação desses produtos e as relações organizacionais existentes. Foram elaborados relatórios com base nessas leituras o que proporcionou o referencial teórico.

O estudo de caso realizado foi uma visita feita a uma propriedade de olericultura que uniu a produção de orgânicos que tem parceria com um órgão que dá assistência e que a auxiliou no processo de certificação. Assim, foi possível comparar a teoria com a prática, tanto na produção quanto nas relações interorganizacionais. Nessa visita, foi feita uma entrevista com o proprietário que respondeu a diversas questões sobre a produção, as técnicas, as exigências da certificadora, o mercado, e a concorrência.

A fim de atender os propósitos do trabalho, o mesmo está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo trata da produção e comercialização de produtos orgânicos, que contem a pesquisa bibliográfica sobre esse tema, com o histórico da produção agrícola convencional, o conceito e histórico da produção de orgânicos, sua industrialização e comercialização.

O segundo capítulo refere-se a certificação desses produtos, como é conduzida, quem pode certificar, como ser uma certificadora, enfim uma série de especificações sobre a certificação.

E por fim o terceiro capítulo cita as relações organizacionais e o estudo de caso realizado.

O desejo do grupo é que este trabalho proporcione informações em relação aos alimentos orgânicos e que desperte o interesse sobre os mesmos, pois demonstra que se trata de um processo idôneo e rigoroso, que muitas vezes precisa de parceiros para se manter sustentável e que busca oferecer melhores condições de vida para as pessoas.

CAPÍTULO 1 - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

1.1 Produção Agrícola

Na história, além da alimentação pela pesca e caça, a agricultura foi uma das formas primordiais mais básicas de conseguir alimento para o próprio sustento e da família, tanto isso é verdade que, sua utilização vem de anos antes de Cristo.

Inicialmente, por volta de 10 a 15 mil anos atrás, a agricultura era voltada para a subsistência das comunidades, que exploravam as terras que estavam ao seu redor. Antes disso, o homem era nômade, ou seja, mudava de lugar de acordo com que surgia de necessidade, quando os recursos daquela região se esgotavam. Com o surgimento da agricultura, passou a produzir alimentos e isso tornou-se um marco na história da sua evolução do homem. Surgem as regras, chefias, e organização política, também começaram a controlar seu tempo através de período de plantio e colheita.

Por muito tempo a agricultura era uma prática que mantinha equilíbrio com o meio ambiente, sem insumos químicos, maquinários pesados e, até a Segunda Guerra Mundial, muitas culturas permaneceram assim. Após esse período, aumentou o número de terras cultiváveis, procurou-se aumentar a produção agrícola e começou a dependência por fertilizantes e insumos, buscando o aumento da produção.

Segundo Graziano da Silva (1998), as revoluções agrícolas aconteceram com a intensificação do sistema de rotação de culturas com plantas forrageiras, com o surgimento de fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas à combustão, em que as atividades rurais passam a ser a fase da Agricultura Industrial, e, após a 2ª Guerra Mundial, isso se intensificou ainda mais. Depois da exploração do solo pelos agricultores, com a utilização desses métodos convencionais, eles abandonavam suas terras, já que essas tornavam-se improdutivas.

Entre as décadas de 60 e 70 houve a chamada Revolução Verde, que trouxe as máquinas para a agricultura, o uso de técnicas agrícolas baseadas na ciência e a utilização de fertilizantes químicos de baixo preço e abundantes e, assim, foi possível o aumento da produção para satisfazer as necessidades de toda população que cada vez mais aumentava seu número (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Havia o interesse em se desenvolver grãos que pudessem ser cultivados em diferentes condições no mundo inteiro e em qualquer época do ano, a fim de suprir a fome da

população menos favorecida financeiramente. E isso aconteceu, as novas tecnologias baseadas em pesquisas científicas revolucionaram a agricultura e eliminaram uma provável fome em grande escala, pois alimentos foram produzidos em abundância. Essa revolução conseguiu ter êxito, porém trouxe muitos problemas, como por exemplo, no Brasil houve poluição das águas e danos físicos aos agricultores, a exploração excessiva causou desgaste do solo e o custo para sua manutenção era muito (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Existiram várias políticas de incentivo a agricultura do governo brasileiro no período entre 1950 e 1967. Em 1950, houve investimento na infra-estrutura de comercialização, melhorando a política de preços para os agricultores e assim foi possível expandir a produção.

Entre as décadas de 1950 e 1960, houve subsídios ao uso de insumos modernos, principalmente fertilizantes e máquinas agrícolas. Em 50 o subsídio era em forma de taxa de câmbio e de isenção de impostos, enquanto que em 60 a principal forma de reduzir os custos dos insumos foi via crédito à agricultura, para custear as despesas de cultivos, através de bancos oficiais, com taxas de juros negativas.

Desde 1958, o preço dos produtos agrícolas vinha subindo e chegou ao ápice em 1963, com as crises de abastecimentos. Isso gerou a efetivação de um programa de preços mínimos¹ para os produtos básicos.

O que houve nesse período foi a tentativa de aumentar a produção e a produtividade através da diminuição dos custos, gerando assim um lucro mais alto e também a redução no risco de cultivo, sem que houvesse aumento no preço para o consumidor final, e ganhos foram conseguidos nesse período, pois o setor agrícola responde bem a política de preços.

Após a década de 70, que foi um período de expansão da economia brasileira, o Brasil passou por um período conturbado, que foi a década de 1980. As safras de 1978 e 1979 não foram produtivas por razões climáticas, e o governo teve que importar alimentos básicos, e as próximas safras de 1980 a 1983 também não foram boas e o PIB agropecuário teve pequenas quedas sucessivas.

Depois da crise de 1982, com a moratória do México, os países latino-americanos buscaram políticas que lhes garantissem saldos comerciais crescentes para cobrir o custo da dívida externa, porque houve mudanças nas condições de seu financiamento e o Brasil procurou aumentar seus saldos comerciais através do setor agrícola e dos setores agroindustriais processadores. Entre 1983 e 1985, o saldo do comércio agrícola aumentou e

¹ A política de preços mínimos é um instrumento criado para garantir ao agricultor a remuneração mínima do custo de produção caso haja excesso de oferta no mercado no momento da colheita. Os produtos são adquiridos pelo governo federal para a formação de estoques públicos, evitando quedas acentuadas de preços e, conseqüentemente, a degradação da renda de quem produz.

passou a representar 75% dos juros brutos da dívida externa brasileira. Isso mostra a potencialidade do setor agrícola em gerar excedentes exportáveis.

Desde o pós-guerra o governo vinha incentivando a agricultura brasileira a se modernizar, através de fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

Houve então a industrialização da agricultura, subordinou-se a natureza a vontade do homem, ao capital, suprindo-se assim as necessidades da agricultura sem esperar que as coisas aconteçam naturalmente, como por exemplo, a irrigação, a adubação, a drenagem, o uso de defensivos químicos, que são processos mecanizados que substituem os processos da natureza. A produção agropecuária deixou de ser um processo natural e se tornou uma certeza mecanizada do capitalismo. Porém, a industrialização não significa apenas a mecanização dos processos, mas também o aprimoramento das ferramentas, dos equipamentos, maquinários utilizados no processo, ela significa uma transição do processo artesanal para um processo com base manufatureira, com máquinas e divisão capitalista do trabalho.

Conforme mostra o site Planeta Orgânico, nos anos 60, com o surgimento de problemas econômicos, de desflorestamentos, crescentes impactos ao meio ambiente e ao equilíbrio do solo, com seus recursos naturais e com publicações e manifestações, houve um interesse da população ao assunto, mas somente nos anos 80 e 90 que essa questão conseguiu ganhar espaço na cultura agrícola.

Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, durante a década de 80, criticavam as questões tecnológicas e ambientais na agricultura e seus decorrentes problemas. A partir daí surgiram várias organizações não governamentais voltada para a agricultura, aumentando a preocupação com aspectos sociais, agronômicos, ecológicos e o agrossistema, passando da agricultura convencional para a agroecologia.

De acordo com o site Planeta Orgânico, segue-se com a atenção voltada para o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e incluindo os problemas ao meio ambiente, citado nas conferências mundiais da ECO92, no Rio de Janeiro, foi a partir dos anos 90 que surgiram os primeiros selos de certificação ambiental, voltados a processos e técnicas que não agredem ao ambiente, tendo as primeiras referências aos produtos orgânicos.

1.2 Produção Orgânica

1.2.1 Histórico

De acordo com o site da Associação de Agricultura Orgânica, o surgimento do conceito da agricultura orgânica aconteceu através de trabalhos e pesquisas sobre compostagem e adubação orgânica, pelo inglês Sir Albert Howard, entre os anos de 1925 e 1930.

O site mostra que, ele observou os camponeses hindus, em Pusa, na Índia, os quais não utilizavam fertilizantes químicos. Tomando como base essa técnica, montou um experimento de trinta hectares. Com isso, percebeu que, para conseguir manter uma produção de produtos sem fertilizantes químicos, era preciso manter a fertilidade do solo. Para tanto, criou um processo que restaurava a fertilidade, um processo de compostagem, em que transformava os resíduos da fazenda em húmus.

Segundo o site da Associação de Agricultura Orgânica, na época, suas publicações não foram bem aceitas, pois, havia um forte conceito do processo vigente no momento, sobre a utilização de fertilizantes químicos na agricultura. Foi o norte-americano Jerone Irving Rodale que seguiu com a ideia, tentando difundí-la. Mais tarde, montou uma fazenda para cultivos e publicações de revistas, porém, somente após algum tempo que as vendas de suas revistas ganharam força, aumentando os investimentos em pesquisa na fazenda. Isso resultou na regulamentação de requisitos que a agricultura orgânica deveria atender, na década de 70. Porém, somente nos anos 80 que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos reconheceu a importância e formulou uma definição para o conceito de agricultura orgânica.

1.2.2 Conceito

Para Ormond et al. (2002), a agricultura orgânica é um conjunto de processos de produção agrícola que acredita que a fertilidade do solo é oriunda da matéria prima que está nele contida. Os microorganismos que são colocados no solo, ou que ali existem, são responsáveis pelo fornecimento de elementos minerais e químicos, necessários para o desenvolvimento dos vegetais, e quando há um grande número de microorganismos nesse solo a ser cultivado, há menos necessidade de intervenção humana na natureza. As plantas se

alimentando bem e de forma adequada crescem com mais força e mais resistentes a pragas e doenças.

O conceito de alimentos orgânicos deve ir além da agricultura orgânica, pois há esse tipo de alimentos em outros setores, como na pecuária, com a criação de gado sem hormônios e sem remédios, e também há o processamento dos produtos, que é a industrialização dos alimentos orgânicos e que não contém corantes ou aromatizantes artificiais, ou seja, tudo é natural.

A agricultura orgânica faz parte de uma corrente que é a agricultura alternativa, que inclui também outros tipos de agricultura como a ecológica, a biodinâmica, a biológica, a natural e a permacultura. Todas elas têm características parecidas, como por exemplo, o uso de esterco animal, uso de biofertilizantes, adubação verde, e outras mais.

Este é um tipo de agricultura que enfatiza o solo e que tem como premissa que, um solo saudável, mantido sem uso de pesticidas e fertilizantes, gera alimentos que tenham mais qualidade que os alimentos convencionais.

Para se produzir um produto orgânico, o produtor deve estar atento as especificações necessárias para o seu plantio, como por exemplo, não utilizar nenhum tipo de agrotóxico. Os produtos utilizados não podem agredir o ambiente, para isso o agricultor deverá dispor de adubos orgânicos que devem ser oriundos da própria atividade agrícola ou agropecuária. Os produtores orgânicos de pequeno porte juntam e filiam-se às associações para trabalharem coletivamente, aumentando assim sua capacidade produtiva e diminuindo seus custos na hora da produção, elevando conseqüentemente seu poder de barganha sobre os compradores na hora da venda. Além de vender seus produtos para supermercados e lojas especializadas em orgânicos, os produtores organizam feiras onde divulgam e vendem suas mercadorias diretamente ao consumidor final, sem ter a necessidade de um intermediário.

No caso de produtos industrializados, como sucos, barras de cereais, molho de tomate e outros, devem seguir a mesmo processo produtivo, o produto não deve conter conservantes ou aditivos químicos, e também a matéria prima utilizada em sua fabricação deve estar livre de agrotóxicos ou qualquer outro produto que seja prejudicial à saúde humana e ao meio ambiente.

1.3 Descrição da Cadeia Produtiva

1.3.1 Produção Orgânica

Para a prática da agricultura orgânica, o solo deve encontrar-se em equilíbrio com seus fatores naturais, existindo uma inter-relação entre todos os seres e vegetais. Esse equilíbrio é mantido pelos microrganismos presentes no solo, e o ambiente é o aspecto primordial para o não aparecimento de pragas, pois onde há equilíbrio não aparecem pragas. É nessas condições que a agricultura encontra seu espaço para cultivar produtos sem precisar do uso de venenos, fertilizantes químicos ou agrotóxicos, os quais são os vilões e responsáveis pela morte do solo. Assim, a agricultura orgânica tem como fatores necessários a matéria orgânica, a sombra, a umidade e nutrientes minerais (BARRETO, 1985).

A matéria orgânica é o resultado da decomposição de todo organismo vivo, retornando-o ao solo pela matéria decomposta, ajudando na estrutura do solo, na penetração e retenção de água, sendo fonte de nutrientes essenciais para as plantas. A temperatura do ambiente é um aspecto considerável, pois os seres vivos, para atuarem no seu ambiente, precisam que ele esteja na faixa de calor suportável para a sua sobrevivência. A umidade ou seca excessiva, temperaturas muito elevadas ou muito baixas, luz solar direta, desequilíbrios de nutrientes, aração, capina, queimadas, falta de matéria orgânica são fatores que prejudicam o solo (BARRETO, 1985).

Para a reposição dos nutrientes necessários ao solo é utilizado o adubo orgânico, o qual é constituído de resíduos vegetais e resíduos minerais (folhas secas, grama, restos de alimentos, esterco animal, dentre outros), dando condições para a prática agrícola, pois ajuda a reter os nutrientes minerais e a água no solo. Alguns dos principais fertilizantes utilizados são os estercos animais, resíduos de matadouro e de curtume, fertilizantes vegetais, como o bagaço da cana, palha de café, cinzas de casca de arroz, cinzas de fornalha, cinzas palha de café, torta de mamona, dentre outros. Os fertilizantes minerais podem ser nitrogenados (amônia anidra, cloreto de amônio, uréia, sulfato de amônio, etc.), fosfatados (superfosfato simples, ácido fosfórico, termofosfato, etc.), potássio e mistos (nitrato de sódio e potássio, etc.). Para controlar a acidez do solo, utiliza-se do calcário (BARRETO, 1985).

Barreto (1985) nos orienta que, o terreno para o plantio deve estar em nível, para que a água da chuva não escorra, e deve ser livre de obstáculos às raízes, como pedras, cascalhos. A irrigação deve ser feita adequadamente, pois excesso de água também pode provocar

doenças. Os fatores que devem ser levados em consideração ao irrigar são as características físicas do solo (textura, permeabilidade); a inclinação do terreno; o tipo de planta; a qualidade da água e fatores econômicos.

Na adubação, Barreto (1985) explica que, podem ser utilizadas plantas que produzem massa verde, como por exemplo, o feijão de porco, guandu e leguminosas, restos vegetais e compostos. Este tipo de adubação recebe o nome de adubação verde e visa aumentar o teor de matéria orgânica e conservar o solo, melhorando as suas condições físicas, químicas e biológicas. Outro tipo de adubação é o composto, obtido através de esterco animal, o qual deve estar de acordo com as regras estabelecidas pela regulamentação da agricultura orgânica.

Os controles de pragas podem ser feitos através de métodos mecânicos, que consiste em formação de barreira e armadilhas luminosas ou catação manual; métodos culturais, ou seja, rotação de cultura, que são aqueles decorrentes e influenciados do processo do plantio, como por exemplo, a adubação com leguminosas, conhecimento ecológico e biológico dos insetos, pois, cuidando bem e mantendo o equilíbrio do solo, ele próprio se fortifica para a proteção contra pragas; método biológico, que consiste na utilização do controle natural ou biológico em que são utilizados insetos predadores, mantendo o equilíbrio (BARRETO, 1985).

1.3.2 Industrialização e Comercialização

Existem no mercado, indústrias que se especializaram na produção e industrialização de produtos orgânicos. Uma delas é a Ecobio Produtos Orgânicos que atua nesse segmento desde 1984 e os industrializa desde 1999, tendo como slogan “Saúde para você, vida para a natureza”. O grupo Pão de Açúcar lançou em setembro de 2006 uma marca chamada Taea que dispõem de uma vasta linha de produtos orgânicos, além de contar com outras linhas relacionadas à nutrição, esporte, casa e beleza. Seu slogan é “Vida em equilíbrio”, oferecendo a seus clientes uma proposta de viver bem e com equilíbrio em todos os momentos da vida.

Ao comprar um produto orgânico, o que garante a autenticidade dele geralmente é um selo que é impresso ou afixado em seu rótulo. Esse selo representa um certificado de que o produto atende realmente os requisitos necessários para serem rotulados como orgânicos.

No que diz respeito ao preço, os produtos orgânicos geralmente se sobressaem em relação aos produtos convencionais. Diversos motivos elevam os preços desses produtos, um deles é a sua oferta no mercado, que pode variar de um produto para outro. As hortaliças, por

exemplo, sofrem alterações um pouco menores por serem mais fáceis de cultivar. Já alguns produtos industrializados, que têm uma maior complexidade na produção ou até na obtenção de matérias primas orgânica, podem ter um maior acréscimo em seu valor final. Fatores externos como condições climáticas também podem ser cruciais na hora de decidir o valor de um produto orgânico, que é o caso de frutas que são cultivadas fora de estufas e com maior exposição ao meio ambiente.

As empresas que manufacturam e industrializam produtos orgânicos devem ser muito bem preparadas e seguir um rigoroso controle de qualidade, para garantir a seus consumidores produtos de alta qualidade e totalmente saudáveis. Nessas empresas, as inspeções realizadas pelos órgãos competentes no ramo de orgânicos são realizadas frequentemente. Os funcionários são devidamente treinados e capacitados para trabalhar com esse tipo de produto. Além disso, os seus fornecedores de matéria prima precisam estar adequados às exigências estabelecidas para a produção de orgânicos e terem o certificado de origem orgânica emitido por órgão competente.

Um caso que preocupa é que muitos dos produtores de orgânicos acabam exportando os seus produtos, já que no Brasil o número de empresas que processam esse tipo de produto ainda é pequeno. Não se sabe exatamente qual o motivo que leva à falta de crescimento dessa indústria, mas questiona-se que problemas como investimento em tecnologias, redução da carga tributária e financiamentos a juros mais reduzidos poderiam estar prejudicando o andamento da industrialização orgânica no país.

Um exemplo de industrialização desse tipo de produto é o da geléia orgânica. O seu processo produtivo é diferenciado desde o início, com o plantio da fruta, que por ser orgânica deve estar livre de qualquer tipo de agrotóxico. Já no processo de manufatura da fruta, ela é transformada em uma pasta que conseqüentemente se tornará a geléia. A geléia orgânica, por ter sua matéria prima livre de produtos químicos, concentra muito mais nutrientes do que as geléias convencionais. Esses nutrientes ajudarão na melhor conservação e durabilidade do produto, que pode chegar até um ano. Segundo a nutricionista Valnira Prado Martins, por ser cultivada em um solo sem produtos químicos, a geléia orgânica acaba tendo menos açúcar que as convencionais. Para a sua fabricação, alguns tipos de geléia não são adocicadas com açúcar refinado, mas sim com o próprio doce da fruta, sendo assim indicada para o público de diabéticos, mas, em geral, a geléia orgânica é adocicada com o açúcar mascavo, que confere a ela menos caloria. “As tradicionais levam uma quantidade maior de açúcar refinado, elevando o valor calórico e diminuindo o nutricional”, observa Valniria.

Nos dias atuais, os produtos orgânicos ainda não são tão conhecidos, e para comprar esse tipo de produto, os consumidores encontram certa dificuldade e quando conseguem encontrá-los, têm um alto preço.

Atualmente, o valor das verduras orgânicas é o mesmo da convencional, sendo essas com preço menor que a hidropônica. O cheiro verde apresenta uma diferenciação: o convencional custa R\$ 1,39 e o orgânico R\$ 1,49.

A embalagem de 250 gramas de café orgânico de determinada marca custa R\$ 5,75, enquanto que o tradicional, da mesma marca, com a mesma quantidade custa R\$ 2,69. Quanto ao açúcar cristal, o quilo do tradicional é R\$ 2,38, e o orgânico R\$ 3,09.

Em relação ao arroz, foi possível observar que um quilo de arroz integral orgânico é R\$ 4,99, enquanto que um quilo de arroz integral convencional é R\$ 3,28. A barra de cereal orgânica custa em média 2,00, enquanto que a tradicional custa em média R\$ 1,35.

Para oferecer os produtos no mercado, os agricultores estão se unindo na forma de cooperativas para que, de forma direta ou indireta, possam distribuir sua mercadoria. Em algumas cidades como São Paulo/SP, Campinas/SP, Piracicaba/SP e Botucatu/SP, ocorrem as feiras orgânicas que unem agricultores de várias cidades. Muitos dos produtores, para poderem vender seus produtos, fazem entrega em domicílio, como também procuram os estabelecimentos de pequeno porte que estejam interessados em comercializar este tipo de produto.

Outra maneira de encontrar os produtos orgânicos é nas redes de supermercado, como o Pão de Açúcar, que oferecem a linha TAG com grandes variedades de produtos, como geléia, frutas, barra de cereais e muito mais e, para o consumidor que procura comodidade, também é possível se alimentar bem comprando os produtos orgânicos pela internet, que hoje, oferece vários sites que vende orgânicos e também em lojas especializadas nesse tipo de produto.

1.4 Produção no Mundo e no Brasil

O mercado mundial de orgânicos cresce, em média, 20% ao ano e atualmente movimenta cerca de US\$ 23,5 bilhões de dólares anuais. Neste mercado estão incluídos produtos frescos, industrializados, processados e outros tipos de produtos que são feitos com matérias primas orgânicas. As estatísticas sobre produtos orgânicos na Europa são um pouco

escassas, mas sabe-se que se consome muito e que a maioria desses produtos são importados. (SOUZA E ALCÂNTARA, 2000)

O maior consumidor de orgânicos na Europa é a Alemanha, que representa um rico mercado para exportação, pois a população é bastante consciente sobre as questões ambientais, mas também é muito exigente, e procura conhecer todo o processo pelo qual os produtos passam, para se certificarem de que esses produtos não passaram por nenhum processo irregular. Os Estados Unidos é o país que mais exporta matéria prima orgânica para a Alemanha.

Japão e Áustria também representam um grande potencial para a exportação, pois sua população é bastante consciente e sua produção não atende a demanda.

Na América Latina, a Argentina é a maior produtora de orgânicos, exportando para a Alemanha, Holanda e Inglaterra e isso só se torna possível pelo fato de sua forma de produção ser compatível com a da União Européia. O governo argentino, visando esta oportunidade, sempre incentivou essa prática, o que levou o país não só ao patamar de maior produtor da América Latina, como também ao segundo maior produtor do mundo.

No Brasil, a produção tem crescido assim como a demanda. Porém, a maior parte da produção, cerca de 60%, é exportada. Os estados que se destacam na produção de orgânicos são Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Os principais produtos brasileiros que são exportados são o café, que é produzido em Minas Gerais, o açúcar mascavo, a soja e a erva-mate, produzidos no Paraná, a castanha de caju, do Nordeste, o guaraná da Amazônia, o cacau, produzido na Bahia, e o suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas, que tem sua produção em São Paulo. A população interna consome mais as frutas, hortaliças e legumes, mas aos poucos tem buscado outros tipos de produtos, isso devido ao aumento da exposição e da oferta desses produtos.

Segundo a pesquisa do Instituto Gallup, em 1996, os brasileiros consumiriam mais produtos orgânicos se houvesse mais oferta em supermercados. Então, isso significa dizer que, é preciso que haja mais oferta e mais divulgação desses produtos e também mais informações sobre o que eles são e quais os benefícios que oferecem.

Embora a produção no Brasil seja voltada para exportação, o país tem um grande potencial de consumo interno, principalmente com o aumento das feiras livres, lojas especializadas e supermercados, como é o caso do Pão de Açúcar, que em 2000, oferecia em sua rede 120 itens orgânicos, e hoje já são em torno de 600 itens, incluindo, além de frutas, verduras e legumes, itens de mercearia, laticínios, padarias e congelados.

Em 2006, foi realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) um censo agropecuário que investigou pela primeira vez a prática da agricultura orgânica nos estabelecimentos agropecuários. Essa pesquisa teve como um dos objetivos apurar a distribuição da produção orgânica, de acordo com os grupos de atividades, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos produtores de orgânicos, segundo os grupos da atividade econômica – Brasil – 2006

| Grupos da atividade econômica | Distribuição dos estabelecimentos produtores orgânicos | |
|---|--|----------------|
| | Absoluta | Percentual (%) |
| Total | 90.497 | 100 |
| Produção de lavouras temporárias | 30.168 | 33,34 |
| Horticultura e floricultura | 8.900 | 9,83 |
| Produção de lavouras permanentes | 9.557 | 10,56 |
| Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | 52 | 0,06 |
| Pecuária e criação de outros animais | 38.014 | 42,01 |
| Produção florestal – florestas plantadas | 1.638 | 1,81 |
| Produção florestal – florestas nativas | 1.644 | 1,82 |
| Pesca | 153 | 0,17 |
| Aqüicultura | 371 | 0,41 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com a tabela, o setor que mais utiliza as técnicas orgânicas é o de pecuária e criação de outros animais, com 42,01%, e é seguido pela produção de lavouras temporárias, que representa 33,35%.

Outro objetivo foi avaliar qual o percentual de produtores orgânicos no total de estabelecimentos pesquisados, também de acordo com os grupos de atividade econômica. O número de estabelecimentos orgânicos representa 1,75% dos estabelecimentos pesquisados, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2– Proporção de estabelecimentos produtores de orgânicos no total dos estabelecimentos, segundo os grupos da atividade econômica Brasil – 2006

| Grupos da atividade econômica | Estabelecimentos | | |
|---|------------------|-------------------------|----------------|
| | Total | Produtores de orgânicos | |
| | | Absoluto | Percentual (%) |
| Total | 5.175.489 | 90.497 | 1,75 |
| Produção de lavouras temporárias | 1.908.654 | 30.168 | 1,58 |
| Horticultura e floricultura | 200.379 | 8.900 | 4,44 |
| Produção de lavouras permanentes | 558.587 | 9.557 | 1,71 |
| Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | 2.682 | 52 | 1,94 |
| Pecuária e criação de outros animais | 2.277.211 | 38.014 | 1,67 |
| Produção florestal – florestas plantadas | 74.344 | 1.638 | 2,20 |
| Produção florestal – florestas nativas | 126.649 | 1.644 | 1,30 |
| Pesca | 15.072 | 153 | 1,02 |
| Aqüicultura | 11.911 | 371 | 3,11 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Neste novo contexto, pode-se perceber que o maior percentual se dá no setor de horticultura e floricultura, ou seja, esses são os estabelecimentos que mais utilizam desta técnica em seu manejo. Esse grupo representa frutas, verduras, legumes, que são os produtos orgânicos mais consumidos pela população brasileira.

A tabela 3 demonstra a utilização da agricultura orgânica no Brasil, dividido por regiões e estados. Esta tabela demonstra mais uma vez o número de estabelecimentos pesquisados, o total de estabelecimentos que utilizam a agricultura orgânica e aqueles que são certificados por alguma entidade, e aqueles e não são certificados ou que não praticam a agricultura orgânica. Esse estudo tem como objetivo demonstrar aonde mais se pratica a agricultura orgânica e também sobre a certificação desses produtores.

Tabela 3 – Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo as Grandes Regiões da Federação Brasil – 2006

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Total de estabelecimentos | Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos | | | |
|---|---------------------------|--|--|--|------------------|
| | | Total | Faz e é certificado por entidade credenciada | Faz e não é certificado por entidade credenciada | Não faz |
| Brasil | 5.175.489 | 90.497 | 5.106 | 85.391 | 5.084.992 |
| Norte | 475.775 | 6.133 | 351 | 5.782 | 469.642 |
| Rondônia | 87.077 | 927 | 135 | 792 | 86.150 |
| Acre | 29.482 | 485 | 15 | 470 | 28.997 |
| Amazonas | 66.784 | 1.211 | 20 | 1.191 | 65.573 |
| Roraima | 10.310 | 64 | 1 | 63 | 10.246 |
| Pará | 222.028 | 2.362 | 136 | 2.226 | 219.666 |
| Amapá | 3.527 | 29 | - | 29 | 3.498 |
| Tocantins | 56.567 | 1.055 | 44 | 1.011 | 55.512 |
| Nordeste | 2.454.006 | 42.236 | 1.218 | 41.018 | 2.411.770 |
| Maranhão | 287.037 | 3.256 | 77 | 3.179 | 283.781 |
| Piauí | 245.378 | 3.712 | 79 | 3.633 | 241.666 |
| Ceará | 381.014 | 4.865 | 167 | 4.698 | 376.149 |
| Rio Grande do Norte | 83.052 | 2.266 | 95 | 2.171 | 80.786 |
| Paraíba | 167.272 | 3.362 | 58 | 3.304 | 163.910 |
| Pernambuco | 304.788 | 6.425 | 208 | 6.217 | 298.363 |
| Alagoas | 123.331 | 2.117 | 40 | 2.077 | 121.214 |
| Sergipe | 100.606 | 1.039 | 41 | 998 | 99.567 |
| Bahia | 761.528 | 15.194 | 453 | 14.741 | 746.334 |
| Sudeste | 922.049 | 18.715 | 1.366 | 17.349 | 903.334 |
| Minas Gerais | 551.617 | 12.910 | 641 | 12.269 | 538.707 |
| Espírito Santo | 84.356 | 1.466 | 152 | 1.314 | 82.890 |
| Rio de Janeiro | 58.482 | 968 | 122 | 846 | 57.514 |
| São Paulo | 227.594 | 3.371 | 451 | 2.920 | 224.223 |
| Sul | 1.006.181 | 19.275 | 1.924 | 17.351 | 986.906 |
| Paraná | 371.051 | 7.527 | 909 | 6.618 | 363.524 |
| Santa Catarina | 193.663 | 3.216 | 353 | 2.863 | 190.447 |
| Rio Grande do Sul | 441.467 | 8.532 | 662 | 7.870 | 432.935 |
| Centro-Oeste | 317.478 | 4.138 | 247 | 3.891 | 313.340 |
| Mato Grosso do Sul | 64.862 | 753 | 31 | 722 | 64.109 |
| Mato Grosso | 112.978 | 1.619 | 79 | 1.540 | 111.359 |
| Goiás | 135.683 | 1.605 | 113 | 1.492 | 134.078 |
| Distrito Federal | 3.955 | 161 | 24 | 137 | 3.794 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Através da análise desta tabela, nota-se que a maioria dos produtores não tem certificação de entidade credenciada e que o estado que mais faz uso da agricultura orgânica é a Bahia, com 15.194 estabelecimentos, e com apenas 453 deles credenciados, e é seguido por Minas Gerais, que possui 12.910 estabelecimentos, apenas 641 certificados. Há um número muito grande de estabelecimentos não certificados e isso não é bom, pois eles não podem comercializar seus produtos sem essa qualificação. O estado de Distrito Federal é aquele que tem maior percentual dos estabelecimentos que utilizam esse tipo de agricultura e que são certificados, com apenas 14,91% nessa relação, e é seguido por Rondônia, com 14,56% de estabelecimentos certificados.

CAPÍTULO 2 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

2.1 Conceito e Origem da Certificação

Segundo Ormond et al. (2002), o produto orgânico não apresenta características aparentes diferentes dos produtos tradicionais, por isso o que leva o consumidor a buscar esse tipo de produto são as diferenciações por eles oferecidas, como por exemplo, ser mais saudável e não conter agrotóxicos. Sendo assim, surgiu a necessidade da certificação, para que o consumidor pudesse ter a confiança de que estaria consumindo um produto que realmente cumprisse com suas promessas.

No início da produção de alimentos orgânicos, os produtores e consumidores mantinham uma relação direta, o que permitia que houvesse confiança, gerava a credibilidade do produtor diante do consumidor. Porém, com o aumento desse mercado, houve um distanciamento entre as partes, fazendo com que surgisse a necessidade de que alguém fornecesse a garantia desse produto, garantindo a autenticidade das informações sobre o processo de produção. Isso vem acontecendo através da emissão do certificado por uma empresa credenciada, que assegure a adequação dos procedimentos do produtor (ORMOND et al. 2002).

No Brasil, o processo de certificação surgiu de maneira informal, através de entidades não governamentais, que estabeleceram normas e padrões que garantiam a qualidade de seus produtos. Porém, a medida que foi surgindo o interesse na exportação, tornou-se necessário a certificação, atendendo as necessidades internacionais, através de instituições que tinham reconhecimento internacional, como por exemplo, o IBD Certificações, que é uma entidade que certifica os produtos brasileiros de acordo com as normas internacionais (ORMOND et al 2002).

Em 1991, a Comunidade Econômica Européia regulamentou o comércio de produtos orgânicos em todos os países que dela participava, e estabeleceu que só seria permitido a importação desses produtos de outros países se as regulamentações fossem equivalentes (FONSECA, 2001).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Instrução Normativa 007/99 de 17 de maio de 1999, estabeleceu normas para a produção, processamento, distribuição, tipificação, envase e certificação da qualidade dos produtos orgânicos. Essa iniciativa permitiu que surgisse maior possibilidade de exportação e também

a criação do selo de qualidade, que todo produto orgânico deve apresentar (FONSECA, 2001).

Segundo Fonseca (2001), nessa instrução normativa é criado os Órgãos Colegiados Nacional, que são os responsáveis por credenciar as instituições que desejam ser certificadoras de produtos orgânicos.

O CNPOrg é composto por dez membros, sendo cinco representantes de órgãos governamentais e cinco de órgãos não governamentais (ONGs, empresas privadas). É coordenado pelo Ministério da Agricultura e tem como atribuição principal a acreditação de OCs e a coordenação, supervisão e fiscalização das atividades dos colegiados estaduais e do Distrito Federal. De acordo com a IN 007/99, o CNPOrg e os CEPOrgs têm como principal função assessorar e acompanhar a implementação de normas e padrões nacionais para a produção orgânica de alimentos ou matéria-prima de origem vegetal e/ou animal (MEDAETS E FONSECA, 2005, p. 47).

2.2 Instituições Certificadoras

De acordo com Medaets e Fonseca (2005), os organismos certificadores devem ser pessoas jurídicas, sem fins lucrativos e credenciados pelo Conselho Nacional de Produção Orgânica.

As empresas certificadoras devem fazer seu credenciamento junto ao MAPA e devem se utilizar de procedimentos e critérios que são reconhecidos fora do Brasil, e também requisitos técnicos que a legislação brasileira exige para que seja feita a avaliação de conformidade dos produtores e, assim, inscrevê-los no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, e autorizá-los a utilizar o selo do SisOrg, que é o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica. Este trata-se de um selo oficial e público que é utilizado para identificar e controlar a produção de orgânicos no Brasil (MAPA, 2008).

A instituição que deseja ser certificadora deve providenciar a documentação necessária e enviá-la para um colegiado estadual, para que possa ser feita a análise e elaboração de um relatório que será submetido a consulta pública para sugestões que são incorporadas a este relatório. Após isso, esse relatório é enviado ao colegiado nacional, que faz uma análise e o encaminha ao MAPA para que seja feita uma auditoria de pré-certificação. O fruto dessa auditoria é enviado ao Colegiado Nacional para análise e aprovação. Se for aprovado, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária publica no Diário Oficial, ficando assim oficializado o credenciamento da instituição (ORMOND et al. 2002).

Essas instituições são as responsáveis por garantir a produção em conformidade com as normas orgânicas, realizando visitas para fiscalização e também, se necessário, efetuam análises laboratoriais dos produtos (MEDAETS e FONSECA 2005).

Abaixo seguem algumas certificadoras nacionais e internacionais que fazem esse trabalho.

- A certificadora pioneira no Brasil foi a Coolméia (Cooperativa Ecológica), que surgiu em 1978, em Porto Alegre/RS, a fim de atender alguns consumidores vegetarianos. Hoje ela oferece cursos, palestras e projetos, através de assessoria em agricultura ecológica, e coordena a feira em Porto Alegre/RS. A cooperativa também administra uma lanchonete e um restaurante, onde comercializam os produtos orgânicos certificados.

- Instituto Biodinâmico (IBD), localizada em Botucatu/SP, deu início em seus trabalhos de certificação em 1990, assumindo o compromisso de produtos confiáveis, boas condições de trabalho e respeito ao meio ambiente. Certifica, além de produtos agrícolas, insumos para utilização agrícola e industrial e também produtos industrializados. Atua na área de silvicultura, pecuária de corte e leite, piscicultura, apicultura, produção de cosméticos, vinhos, dentre outros. Exerce suas atividades no Brasil e também é reconhecida internacionalmente, presente em países da América do Sul, América Central, Europa e Ásia.

- Associação de Agricultura Orgânica (AAO) nasceu em 1989, tendo sua sede em São Paulo/SP. Desde 1991 ficou responsável pela realização da Feira do Produtor Orgânico, que acontece no Parque da Água Branca, na mesma cidade. Dessa forma, a fim de estabelecer critérios para credenciar os agricultores que participariam da feira, foi a primeira a constituir padrões e normas de produção orgânica. Estando sempre envolvida nos movimentos agrícolas, teve grande envolvimento em pesquisas, normatização e comercialização de produtos orgânicos, bem como na capacitação de pessoas.

- Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) surgiu em 1985, pelo mesmo grupo de agricultores que realizou a primeira feira de alimentos orgânicos no Brasil, no ano antecedente. Nasceu com o intuito de ajudar a desenvolver os movimentos orgânicos. Hoje, ela apresenta mais de 180 sócios-agricultores, certificou 120 unidades produtivas e é responsável por duas feiras de produtos orgânicos no Rio de Janeiro, a da Glória, na Capital e a do Jardim Botânico de Niterói. Suas certificações envolvem os produtores, comerciantes e processadores de produtos orgânicos.

- Associação de Agricultura Natural de Campinas/SP (ANC) tem atuado desde 1991 em Campinas, porém, a certificação de produtos ecológicos começou a partir de 1992.

Ela participa de fóruns, pesquisas e cursos técnicos, e é responsável pela coordenação de três feiras na cidade de Campinas, no Parque Ecológico, no Bosque dos Jequitibás e no Centro de Convivência.

- Rede Ecovida de Agroecologia é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores e, com o apoio de outras entidades, tem se comprometido com o desenvolvimento da agroecologia. Um dos destaques da rede Ecovida é a existência da certificação participativa. Isso é possível porque a rede funciona através de núcleos regionais, os quais são formados por membros de uma região de características semelhantes. Esse tipo de certificação funciona através da elaboração e adequação das normas de produção ecológica, de acordo com as singularidades de cada local, tendo em vista o respeito de suas culturas. É feita com a participação dos agricultores e consumidores de cada região, adaptando, dessa maneira, os procedimentos a cada realidade regional. Hoje, a Ecovida atende três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentando 21 núcleos regionais, envolve em torno de 170 municípios e é responsável por mais de 100 feiras livres.

Abaixo segue algumas das certificadoras internacionais que atuam no Brasil:

- A ECOCERT BRASIL nasceu em 2001, através de uma integração com a rede de sociedades ECOCERT, existente na França. Isso aconteceu devido a busca pela certificação dos produtores familiares no Rio Grande do Sul, que tinham essa necessidade para negociação de soja orgânica com cooperativas francesas. A fim de facilitar as transações, os franceses indicaram a mesma certificadora que possuíam, a ECOCERT. Ela é aceita na maior parte dos mercados, possui reputação no plano internacional e na confiança dos consumidores e da indústria de produtos orgânicos, apóia seus clientes e possui procedimentos claros e fáceis de compreender.

- Farm Verified Organic (FVO) atua desde 1980 nos Estados Unidos e hoje, em mais de 11 países. Trabalha na área de certificação de produtos orgânicos, treinamento e capacitação em técnicas de produção orgânica. No Brasil, sua sede situa-se em Recife/PE.

- Instituto de Mercado Ecológico (IMO) iniciou suas atividades em 2001 na Suíça. Presta serviços de certificação para sistemas de controle de qualidade ambiental e social, com ênfase para a agricultura orgânica, atuando em 50 países e possui mais de 20.000 projetos certificados.

2.3 Etapas do Processo de Certificação

Para se obter o certificado, é preciso, em primeiro lugar, realizar contato com uma entidade certificadora. Nesse primeiro momento é preciso apresentar um plano de ação. De posse deste documento, a certificadora envia até à propriedade um técnico para verificar em que situação a propriedade se encontra e o que será necessário para que o certificado possa ser emitido. Com essas informações, ele elabora um relatório e o encaminha para um conselho da instituição, que decide sobre a emissão do certificado. Caso não seja concedido, o produtor é informado sobre o que precisa ser mudado para que possa conseguir a certificação (ORMOND et al. 2002).

Segundo Ormond et al. (2002), uma propriedade que era utilizada para agricultura convencional tem que passar por uma conversão, e exige períodos mínimos para a adaptação as normas técnicas de produção orgânica, para a desintoxicação, e a primeira colheita, após o período mínimo, já poderá ser considerada orgânica.

Os pequenos produtores enfrentam alguns problemas nesse processo de certificação, como os altos custos e a complexidade da documentação exigida, que é rigorosa, e as informações das unidades produtoras, que também são rigorosas (MEDAETS e FONSECA, 2005).

Para a maioria dos produtores, o valor pago às certificadoras é o que mais influencia na formação do custo, o que faz com que isso se torne uma barreira para os produtores que queiram certificar seus produtos. O custo pelo processo de certificação é todo de responsabilidade do produtor. Esse custo inclui a taxa de filiação, despesas com inspeção (transporte, alimentação e hospedagem do técnico), a elaboração de relatórios, análise do solo e da água, e algumas certificadoras cobram um percentual sobre o faturamento, ou valor pela quantia de selos (ORMOND et al. 2002).

Não há nenhum tipo de crédito para os produtores que possa fornecer capital de giro durante o processo de conversão do manejo convencional para o orgânico. Os primeiros créditos liberados para a agricultura orgânica são tratados como incentivo à agricultura tradicional, ou preservação do meio ambiente, não para orgânicos especificamente (ORMOND et al. 2002).

2.4 Outras Tipologias de Certificação

Segundo o MAPA (2010), há dois tipos de certificação existentes, a certificação por auditoria que é aquela de que trata este capítulo e a certificação através dos Sistemas Participativos de Garantia.

A certificação por auditoria é aquela em que uma certificadora credenciada pelo MAPA, que não tem nenhum vínculo nem com a empresa que compra, nem com a empresa que vende, é contratada, para realizar a avaliação da conformidade. Essa instituição deve realizar inspeções e auditorias, seguindo os procedimentos corretamente, pois elas são as responsáveis por certificar as empresas, devendo assegurar que cada organização cumpra rigorosamente todas as normas estabelecidas, conforme já foi citado em itens anteriores.

Outro tipo de certificação são os Sistemas Participativos de Garantia, onde a responsabilidade é coletiva, ou seja, produtores, consumidores e técnicos estão envolvidos, e tem que desenvolver um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), legalmente constituído e credenciado pelo MAPA, que tem como finalidade avaliar a conformidade orgânica do produto e, como no outro tipo de certificação, garantir a inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e autorizá-los a utilizar o selo da SisOrg.

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) são formados por pessoas físicas ou jurídicas que desempenham o papel de fornecedor ou colaborador. Os fornecedores são os distribuidores, produtores, comerciantes, transportadores e armazenadores e os colaboradores são os consumidores e suas organizações.

Como já foi dito anteriormente, cada SPG tem ser credenciado por um OPAC, que tem o mesmo papel que a certificadora tem em uma certificação por auditoria, sendo ele a pessoa jurídica responsável pelas ações do SPG. O OPAC tem a função de:

- Ser o representante legal do SPG perante os órgãos competentes;
- Assumir a responsabilidade legal pela avaliação se a produção está seguindo os regulamentos e normas técnicas na produção orgânica;
- Ter entre seus participantes uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos formados por representantes dos membros do SPG;
- Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG;
- Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade;
- Apontar as não-conformidades e sugerir ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores;
- Possuir regimento interno que mostre a sua organização, o funcionamento participativo e como se responsabiliza pelo SPG (MAPA, 2008, p. 15).

São realizadas visitas de verificação de conformidade por uma comissão de avaliação, que tem como objetivo a integração entre os participantes do sistema através de troca de experiências, para que eles possam se unir e resolver os problemas juntos, melhorando a qualidade em seu sistema produtivo.

E também há o controle social na venda direta. Esse mecanismo foi criado a partir de uma necessidade, que surgiu devido ao fato de haver confiança entre produtores e consumidores de produtos orgânicos, por isso a legislação brasileira permitiu o comércio de orgânicos em feiras e pequenos mercados locais, mesmo sem ser certificado. Porém, é preciso que esses comerciantes façam parte de uma Organização de Controle Social (OCS), que pode ser um grupo de agricultores familiares, uma cooperativa, uma associação, tenha ele, ou não, personalidade jurídica. Essa organização tem que ser cadastrada em órgãos fiscalizadores e tem o papel de orientar os produtores sobre a qualidade de produtos orgânicos, e estabelecer uma relação de comprometimento e confiança entre os envolvidos (MAPA, 2008).

CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

3.1 Conceito

A cooperação surge a partir de uma concentração de empresas de um mesmo setor de atividade, que buscam se inter-relacionar, possuindo objetivos lucrativos em comum, gerando assim uma interdependência entre elas, por isso é necessário que haja confiança nessa relação. (OLIVEIRA e GUERRINI, 2002).

Lima Filho et.al. (2005) diz que as relações interorganizacionais surgem através do relacionamento entre empresas, que cooperam numa determinada esfera, mantendo sua identidade e independência. Essas relações acontecem entre empresas que atuam no mesmo segmento, sendo caracterizada pela confiança.

Segundo Castells (1999), as empresas se relacionam através de redes a fim de alcançarem objetivos em comum e, para isso, cooperam e compartilham informações entre si.

Para Olave e Neto (2001), as empresas juntam-se para diminuir riscos e incertezas, organizam suas atividades econômicas, elas integram seus meios produtivos e comerciais, com o intuito de se favorecerem, sem que isso crie laços financeiros entre si.

Isso ocorre devido as situações em que as empresas se vêem impostas, devido a mudanças no ambiente organizacional, e isso tem acontecido devido às transformações técnicas, organizacionais e econômicas que o mundo está sofrendo. Todas essas mudanças provocam alterações no modo de administrar, de produzir, de distribuir das organizações, obrigando-as assim a buscar outras formas para se manterem no mercado (OLAVE e AMATO, 2001).

De acordo com Andrade (2007), os motivos que levam uma organização estabelecer uma estratégia de relações em redes podem envolver as difíceis situações econômicas, um mercado cada vez mais competitivo, que faz as organizações unirem forças em vez de competirem entre si. Minimizar esforços na busca de pesquisas e desenvolvimentos de novos produtos, bem como inovações, unindo recursos e dividindo custos e riscos.

Essas mudanças estão relacionadas a um momento de transição que o mundo está passando. Está havendo um aumento na concorrência, por isso é necessário que haja mudanças constantemente, principalmente na questão de inovação, em que a corrida para atender as necessidades do consumidor está cada vez maior. Há uma competição muito grande para ser o primeiro, para sair à frente do concorrente, porém torna-se necessário uma

reestruturação da empresa, para que ela possa alcançar este patamar. Com o aumento da concorrência, a empresa precisa buscar formas de gerar mais conhecimento, para assim conseguir gerar mais inovações nos produtos, nos processos e na forma de administrar seus recursos.

Trata-se de um momento de transição em que as mudanças tecnológicas estão acontecendo com maior frequência, o que faz com equipamentos, processos e produtos tornem-se obsoletos com maior velocidade, também tem a questão da flutuação dos mercados e o fim de suas fronteiras, os mercados estão instáveis e já não há muitos limites, e isso gera o aumento de riscos e incertezas no momento de tomar uma decisão estratégica e há uma tendência crescente na divisão de trabalho entre as empresas. Isso faz com que as empresas busquem a cooperação, que tem como objetivo reduzir as dificuldades das empresas e os custos, que vão além do custo de produção (OLAVE e AMATO, 2001).

Para Oliveira e Guerrini (2002), as redes de cooperação podem ser traduzidas como uma relação de cooperação mantendo uma interdependência entre as empresas, que se unem por objetivos lucrativos em comum, como por exemplo, financiar uma pesquisa, introdução de novo produto no mercado, realizar alianças oportunistas entre outros. É importante ressaltar que deve haver uma relação de confiança, já que empresas interagem não só nos negócios, como também, sofrem influências sociais e comportamentais, por isso percebe-se a importância que há em uma rede de cooperação.

Porém, é necessário que os interesses das empresas envolvidas nessa relação sejam os mesmos, que os esforços sejam coletivos, voltados para atender as necessidades de cada uma delas e devem trabalhar com conteúdos compatíveis, pois as ações de uma empresa podem afetar o funcionamento da rede com o um todo, então todas devem estar alinhadas em seus objetivos (OLIVEIRA e GUERRINI, 2002).

Harrison (2005) diz que as empresas devem trabalhar de modo a não infringirem a confiança, já que um empreendimento pode ser levado a falência caso não haja confiança. Assim, as empresas tendem a fazer parcerias com aquelas nas quais confiam.

De acordo com Fusco (2004), a confiança entre as empresas agiliza suas relações, torna-as mais baratas, permite maior flexibilidade, reduz incertezas e dispensa contratos formais e burocracias. Além de os contratos detalhados demais serem mais difíceis de trabalhar, podem passar a impressão de desconfiança, influenciando numa relação de desconfiança. A perda da confiança implica na perda da reputação. Assim, para estabelecer uma relação saudável de confiança entre as empresas, é preciso ter uma administração compromissada, capacitação tecnológica e recursos, alterar a cultura e a estrutura das

empresas, promover confiança entre os parceiros, utilizar um sistema de desempenho a ser utilizado por todos.

3.2 Vantagens e Desvantagens das Relações Interorganizacionais

Segundo Harrison (2005), as relações interorganizacionais possibilitam às empresas melhorarem a interação entre elas, o que auxilia na competitividade, pois ela se mantém atualizada dos acontecimentos no seu setor empresarial e em outros que tenha interesse, e a terem acesso a recursos, os quais as permitem adquirir conhecimentos externos, a fim de aumentar seu aprendizado organizacional, obtendo conhecimentos tecnológicos e inovadores.

Harrison (2005) cita a vantagem da velocidade para atingir o mercado, ou seja, duas empresas unem habilidades, a fim de chegar mais rapidamente ao mercado consumidor, pois, se duas empresas apresentam maiores recursos em determinadas áreas, podem juntar forças e chegarem mais rapidamente ao mercado. Tem-se, ainda, a vantagem de dividir riscos e custos, desenvolver novos produtos ou serviços no compartilhamento de habilidades, e, ainda, alcançar economia de escala, pois podem dividir os custos fixos.

Para Harrison (2005), as relações interorganizacionais podem influenciar coletivamente, fazendo com que o governo adote políticas que sejam favoráveis a elas. Além disso, podem também neutralizar seus concorrentes, já que juntas podem obter competências e poder de mercado.

Silvia Júnior (2007), fala das desvantagens de uma empresa na relação de redes. Dentre elas, ele cita a perda de informações proprietárias; complexidade de gerenciar os relacionamentos entre as empresas; relações interorganizacionais apresentam riscos financeiros, já que pode haver comportamentos oportunistas por parte dos parceiros; pode haver o risco de um parceiro tornar-se dependente do outro; apresenta a desvantagem da perda da autonomia de decisão, devido às empresas terem culturas diferentes, apresentando opiniões diferentes e difícil gerenciamento; pode apresentar perda da flexibilidade organizacional, pelas rotinas da relação interorganizacional dificultar ações independentes.

Para Silva Júnior (2007), nas relações interorganizacionais, existe uma dificuldade em mensurar os resultados e os desempenhos alcançados pelas organizações, bem como identificar suas contribuições específicas nessa relação.

Para as pequenas e médias empresas a cooperação pode apresentar maiores vantagens, pois elas podem realizar em conjunto coisas que teriam maiores dificuldades em

realizar sozinhas, como por exemplo, elevar o poder de competitividade, podendo concorrer assim, de forma mais igualitária com as grandes empresas, também podem dividir riscos e custos, para que, se houver prejuízo, elas possam dividir e assim se adaptarem melhor às mudanças que estão ocorrendo no mercado. Outra vantagem é a maior transferência de informação e tecnologia, desta maneira as pequenas empresas podem estar sempre se atualizando sobre o que acontece no mercado. As redes de cooperação surgem através de uma oportunidade que se verificou em uma falha no mercado, através das relações de cooperação surge uma maneira de se aumentar a competitividade.

3.3 Tipos de Relações Interorganizacional

Nos últimos vinte anos, as empresas começaram a perceber a necessidade da cooperação, pois a mudança na economia, a importação e a exportação de produtos fizeram com que muitas empresas viessem a fechar, e as que sobreviveram tiveram que se adequar a uma nova estratégia, pois o mercado está mudando cada vez mais rápido e os consumidores estão muitos mais exigentes.

Com essas mudanças, as empresas começaram a se inter relacionar, e com isso novas estratégias foram sendo formadas. Essa nova fase trouxe uma nova mentalidade às empresas que, por sua vez, aderiram a novos formatos organizacionais, denominados como clusters, alianças estratégicas e as redes de cooperação.

3.3.1 Clusters

Segundo Sacomano e Fusco, cluster é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares.

Esse tipo de relação é utilizada em empresas que estão inseridas em um mesmo complexo geográfico, ou seja, na mesma região, podendo ser elas do mesmo setor ou não. Com o cluster, as empresas buscam competência coletiva, para que elas consigam obter vantagens competitivas onde empresas que atuam fora desse sistema organizacional, ou seja, isoladamente, dificilmente conseguiram ter tais benefícios.

Aderindo esse sistema, as empresas conseguem obter algumas vantagens, como por exemplo, na hora da compra de matéria prima e também na logística de seus produtos.

Empresas participantes do cluster se juntam, podendo assim obter maior poder de barganha sobre seus fornecedores no momento da negociação, pois, em grupo, realizarão um volume de compra muito maior do que se estivessem sozinhas. Quanto à questão de logística, essas empresas fazem a distribuição de seus produtos de maneira coletiva, ou seja, mesmo em pequenas quantidades a entrega será realizada, pois o caminhão fretado estará prestando serviço a diversas empresas, que juntas formarão uma carga completa, diminuindo assim os custos na hora da entrega.

Dessa forma, com a facilidade na logística de distribuição, as empresas conseguem realizar melhores negociações com seus clientes, além de poder fornecer diferentes produtos. Com o cluster, as empresas obtêm agentes de vendas que conseguem alcançar mercados distantes, e com isso, as empresas que estão juntas nessa forma de cluster conseguem atender o mercado, mesmo que cada uma venda somente uma parte da sua produção para um determinado local. Outro ponto importante do cluster para as empresas, é que elas conseguem compartilhar a mão de obra especializada, ou seja, se uma empresa tem um funcionário que é especializado em determinada área, elas podem se comunicar, e este funcionário prestar o seu serviço para a outra empresa e vice versa.

O Cluster normalmente é utilizado em países desenvolvidos, pois, neles, o nível tecnológico é muito mais avançado que nos países subdesenvolvidos. Para que o Cluster seja formado não basta que as empresas estejam próximas geograficamente, mas que também haja incentivos governamentais, tais como abrir as fronteiras de exportação, investir em tecnologia e aumentar as qualificações profissionais, para que haja profissionais adequados para atender as necessidades do novo mercado.

3.3.2 Aliança Estratégica

Segundo Pereira e Sanzovo (2003), “entende-se quando duas ou mais empresas aliam-se para compartilhar investimentos ou custos, procurando competir juntas no mesmo mercado, suado cada qual sua competência essencial”.

A formação das alianças estratégicas está sendo um novo formato organizacional que pode ser encontrado em setores diferenciado, como nos supermercados de pequenas vizinhanças.

Com a aliança estratégica, as empresas conseguem compartilhar suas habilidades, recursos e capacidades, o que tornar as negociações com os fornecedores mais fácil,

conseguindo preços melhores, pois realizam as compras em conjunto. É também através da aliança estratégica que as empresas conseguem obter melhores resultados com o setor de marketing, pois trabalhando em conjunto as empresas conseguem realizar propagandas nos veículos de comunicação em massa, como por exemplo, a realização de panfletos utilizados pelas redes de supermercados que trabalham em conjunto.

3.3.3 Redes de Cooperação

Utilizada normalmente por micro e pequenas empresas as redes de cooperação é uma alternativa inovadora, que tem como objetivo fazer com que as empresas possam unir seus conhecimentos para que elas cooperem umas com as outras de forma que não se torne uma relação tão competitiva e sim colaborativa.

A rede de cooperação permite que seus cooperados, mesmo tendo objetivos semelhantes, possam manter suas individualidades e sua independência. Ela também proporciona aos cooperados o lançamento de produto com a marca própria da rede, treinamento dos seus funcionários.

Dentre os principais benefícios de uma rede de cooperação, estão os acesso a novas tecnologias, a diminuição dos custos de produção, massificação de propaganda e marketing, melhorias na infra-estrutura da empresa, dentre outras.

Um exemplo de redes de cooperação que está sendo muito utilizada nos dias atuais é o de supermercados. Vários supermercados de pequeno porte se unem a uma determinada rede, visando assim trazer benefícios para o estabelecimento e conseqüentemente para seus clientes. Ao juntar-se a essa rede, esses supermercados conseguem obter um maior poder de negociação na hora da compra de mercadorias, pois ele não realiza a compra sozinho, ou seja, ela sempre realizada de maneira conjunta com os demais supermercados associados a essa rede. Outro aspecto muito utilizado pelos associados são as melhorias que a rede proporciona em seu estabelecimento, melhorias realizadas principalmente na infra-estrutura do supermercado.

3.4 Relações Interorganizacionais na Produção Agrícola

As relações interorganizacionais na produção agrícola surgem quando várias empresas do mesmo setor percebem que estão tendo um custo elevado, e que se elas se unirem poderão usufruir de benefícios, que isoladamente não conseguiriam alcançar. Essas

empresas passam então de uma organização isolada para uma organização comunitária, que prestam serviços a cada empresa isoladamente. Assim, algumas tarefas que antes eram feitas por cada uma das empresas passam a ser executadas por essa única organização de modo agregado. A missão da cooperativa é fazer a intermediação entre os membros que a compõem e o mercado (BATALHA, 2001).

Esse tipo de relação acontece de forma mais acentuada na agricultura, e a razão disso é que ela interage com mercados que tem uma concentração muito grande de empresas e que se tornam mais fortes do que os agricultores. Através das cooperativas, há uma diminuição dos riscos e uma agregação de valor ao produto final, coisa que isoladamente seria mais difícil de ser conseguido, visto que a relação é complicada com mercados mais concentrados (BATALHA, 2001).

Para os pequenos produtores rurais, também se faz necessário trabalhar em rede de cooperação, para que assim consigam aumentar sua participação no mercado, dividir riscos e alcançar, em grupo, um objetivo que tenham em comum. Algumas vantagens são oferecidas àqueles que se organizam em redes, como por exemplo, o marketing coletivo, acesso à novas tecnologias, redução de custos, conquista de novos mercados e a qualificação de novos produtos. Porém, é preciso estar atento a alguns fatores que podem dificultar essa relação, como por exemplo, a cultura organizacional de cada produtor, pois cada um tem suas crenças, sua forma de trabalhar, e também os custos que são gerados com novas políticas de prática (ALLEMANN et. al. 2008).

A agricultura familiar é uma das maiores responsáveis pela produção de alimentos orgânicos no país. Para esses produtores se agruparem em redes de cooperação pode fazer com que tenham maior facilidade na inserção de seus produtos no mercado, de forma mais segura, gerando mais qualidade e aumentando a satisfação do consumidor final, pois a atividade orgânica é vista pelo governo como uma atividade regulamentada e que tem que preencher certos requisitos. O mercado é bastante rígido e tem expectativas que crescem a cada dia, principalmente em relação à qualidade dos produtos oferecidos. A organização dos produtores em redes de cooperação garante a qualidade e a rastreabilidade da produção rural de orgânicos (ALLEMANN et. al., 2008).

Como já citado, é necessário que os produtores de alimentos orgânicos obtenham uma certificação para que possam comercializar seus produtos conforme a legislação. Porém, este é um processo rigoroso e que tem um custo elevado, por isso tem surgido algumas associações e cooperativas que tem trabalhado para facilitar este processo.

Devido ao alto custo da certificação e também a outras dificuldades para ingressar no mercado de orgânicos, os pequenos produtores tem se juntado em grupos para conseguir reduzir esses custos e inserir seu produto no mercado (ALLEMANN et.al., 2008).

Como um exemplo de uma rede, pode ser citado a Rede EcoVida, situada no Sul do Brasil, que é uma rede formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores que se juntam em associações, cooperativas e grupos informais com o objetivo de desenvolver e aumentar as iniciativas da agroecologia, estimular o trabalho em conjunto na produção de produtos ecológicos, possibilitar acesso a informações entre as pessoas e organizações envolvidas, aproximar o produtor do consumidor, aproveitando os saberes do povo e o mais importante, ter um selo e uma marca que demonstram a qualidade do produto a ser comercializado.

Segundo Laércio Meireles, em um artigo à revista *Agroanalysis* (2008), os preços cobrados pelas empresas certificadoras é muitas vezes muito alto para a realidade do setor, e a Rede EcoVida buscou uma maneira de amenizar essa situação, que é Certificação Participativa: um sistema em que agricultores e consumidores participam efetivamente, garantindo que o produto foi produzido dentro das especificações que asseguram a qualidade do processo de produção e do produto final. Todos os que participam da produção, consumo e divulgação dos produtos estão envolvidos na certificação.

Ainda segundo a Rede Ecovida (2010), essa certificação proporciona, além da garantia da qualidade do produto, uma aceitação e respeito por parte dos membros dessa rede, que são algumas vezes de regiões diferentes, e cada um valorizando o que a sua região tem de melhor.

3.5 Estudo de Caso: Estância Diogo

Essa visita foi feita na Estância Diogo, em Cândido Mota – SP, e quem deu o relato foi o proprietário Romualdo Alves. Ele foi supermercadista durante 26 anos naquela cidade e, com a chegada de uma rede de supermercados no local, a família não quis investir para expandir e ele ficou só, desistindo dessa atividade. Desde então, ele começou a criar cavalos quarto de milha, que era seu *hobbie*. Nesse momento é que surge a parceria com o SENAR, realizando em sua propriedade, cursos de doma racional, aulas de rédeas, entre outras. Essas aulas eram teóricas e práticas.

A parceria que existe entre a Estância Diogo e o SENAR acontece com a disponibilização do espaço para a realização das aulas práticas e teóricas por parte da estância, que em troca tem assistência, e com isso conseguiu ganhar espaço no mercado. Há confiança entre os parceiros, onde ambas as partes saem ganhando. Ele cita que não encontra dificuldades nessa parceria

O SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, é uma instituição de direito privado, mantida por produtores rurais que é vinculada a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e que tem a função de organizar, administrar e executar a Formação Profissional Rural e a Promoção Social através de processos educativos que tomam como referência a realidade do meio rural. Dessa maneira, propicia ao camponês um desenvolvimento como cidadão e como trabalhador, lhes oferecendo assim uma possibilidade de crescimento, desempenhando da melhor maneira seus serviços rurais e também proporcionando mais entendimento sobre as novas oportunidades que o mercado agrícola está oferecendo. É um serviço que tem o objetivo de desenvolver ações para que o produtor rural possa se profissionalizar e melhorar sua qualidade de vida, pois através de seus cursos é possível aumentar a produtividade, capacitar a mão de obra, o que contribui para que o aumento a qualidade e quantidade de alimentos produzidos

Para ocupar o tempo, Romualdo começou a cultivar verduras para o sustento de sua família, e um técnico do SENAR, observando essa iniciativa, propôs a implantação de um curso naquela propriedade sobre olericultura orgânica. Essa idéia surgiu há três anos. O proprietário disse que sua decisão por produzir alimentos orgânicos se fortaleceu devido à preocupação que ele sempre teve em relação à saúde das pessoas e a conservação do meio ambiente.

Aquela propriedade era pasto, assim, foi mais fácil iniciar esse tipo de olericultura, visto que a terra estava livre de insumos e agrotóxicos. Dessa forma, não foi preciso o tempo de conversão, ou seja, eliminar qualquer contaminação que existisse naquele solo para começar a nele produzir. Segundo Romualdo, se houvesse atividades de agricultura convencional, seria necessário um prazo de aproximadamente dois anos para poder começar a cultivar os produtos orgânicos.

O curso contou com oito módulos, o que resultou em uma duração de oito meses. Durante o período de aplicação, Romualdo realizou contato com a certificadora, pois em sua concepção, era necessário produzir de acordo com as normas exigidas pela legislação.

Romualdo lembra-se que, para que o selo da certificação fosse concedido, um ano foi necessário, desde regularizar os processos, providenciar os documentos necessários e as

auditorias. A certificadora, através de um inspetor, faz a análise do solo, do produto, da água e também se está tudo de acordo com a orientação que ela faz. O solo tem que estar livre de agrotóxicos, bem como o local tem que estar protegido por cercas, para evitar contaminação de outras propriedades, e a irrigação não pode ser com água corrente, tem que ser um poço artesiano da propriedade, que também passa por vistorias. Essa certificação tem que ser renovada anualmente, porém, a qualquer momento pode vir um inspetor para fazer uma vistoria surpresa, garantindo assim que o processo não sofreu alterações. A certificadora que realizou este trabalho é a ECOCERT Brasil.

A certificadora, conforme experiência de Romualdo, exige que um relatório seja entregue especificando a quantidade a ser produzida e, dentro da área certificada, pode ser produzido qualquer produto, os quais também devem constar no certificado. Hoje, são produzidos na propriedade cinco tipos de alface, sendo elas a roxa, crespa, americana, mimosa e lisa, três tipos de almeirão, o pão de açúcar, catalão e o comum, a couve, o cheiro verde, a salsa e a chicória. Além disso, o certificado lhe garante o direito de produzir com o título de produto orgânico: alface (americana, lisa e mimosa), o almeirão (catalonha, pão de açúcar, comum), cheiro verde, chicória, coentro, couve, rúcula, salsa, tomate, agrião, cenoura, beterraba, espinafre, brócolis, rabanete e mandioca. Em caso de produzir algo que não consta no certificado é preciso comunicar a certificadora. É necessário que o selo da certificação esteja na embalagem do produto.

Sobre a questão das pragas, o controle é feito em primeiro lugar através da rotação de culturas, e depois pelos predadores naturais, que são várias espécies de pássaros que chegam até essas verduras com mais facilidade pelo fato de que estão em sua essência, sem interferência do homem, são livres de odores de produtos químicos. Esses pássaros não prejudicam as folhas, pois são todos insetívoros. Romualdo diz que nunca encontrou problemas para fazer o controle das pragas, com exceção da couve, que tem maior predisposição a esse problema. Esse controle era feito através do caldo de fumo, porém a certificadora proibiu, a qual está providenciando uma fórmula para poder auxiliá-lo. A certificadora oferece auxílio neste tipo de questão, dando suporte ao produtor, indicando o que pode ser usado e onde encontrar.

A adubação é feita através da matéria orgânica, que não é certificada pela própria ECOCERT Brasil, mas a empresa que fornece emitiu uma declaração informando que não são utilizados determinados produtos químicos. Sendo assim, a certificadora permitiu o seu uso.

Uma rede de supermercados, ao ter conhecimento de sua atividade, o procurou, demonstrando interesse em comercializar seus produtos. Diante disso, foi preciso que a

produção aumentasse bruscamente no prazo de noventa dias, visto que era uma grande oportunidade. A produção aumentou de cinco para cinquenta canteiros nesse período, a fim de atender essa demanda. Antes disso, a produção era vendida apenas aos consumidores que procuravam os produtos na própria chácara. Nesta ocasião, ainda não havia sido finalizado o processo de certificação, então não era possível comercializá-los como produtos orgânicos, apenas caracterizava-os como produtos sem agrotóxicos, o que era uma garantia do SENAR, do Sindicato Rural e da FAESP.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) surgiu diante da necessidade de um sistema que representasse o setor rural. Ela teve grande importância nas ações referente ao desenvolvimento agrícola em São Paulo e no Brasil, intermediando negociações entre trabalhadores rurais e empregadores. Apresenta como missão defender os interesses dessa categoria econômica e representá-la diante dos poderes públicos, bem como prestar assistência aos sindicatos rurais filiados, discutindo e adotando medidas que são de interesse dos mesmos, como métodos de trabalho, processos tecnológicos, produção e comercialização, e outros fatores que possam contribuir com o seu desenvolvimento econômico. Em 1993, ela abrigou o SENAR AR/SP, formando o sistema FAESP/SENAR-AR/SP/SINDICATOS, que atua desde a defesa do setor primário até na capacitação de mão-de-obra, visando os produtores, trabalhadores rurais e seus familiares.

A exposição de seu produto é feita de maneira diferenciada em relação aos demais, visto que é um produto diferenciado. Essa foi uma exigência que ele fez junto ao supermercado, já que ele é o responsável pela organização de seus produtos nas gôndolas e expositores, e também é ele quem realiza o marketing, ou seja, acompanha pessoalmente a comercialização de seus produtos, pois julga necessário, para que o cliente conheça o seu produto.

As dificuldades encontradas quando iniciou a comercialização de orgânicos foram o desconhecimento por parte das pessoas em relação aos produtos orgânicos e também a questão do preço. Quando a comercialização teve início, havia uma diferença de 20% em relação ao produto convencional. Porém, ele percebeu que na região as pessoas procuram por menores preços, devido à falta de conhecimento dos benefícios oferecidos pelo produto. Na percepção de Romualdo, as pessoas estão acostumadas com a ingestão de agrotóxicos, não têm conhecimento sobre os malefícios que eles podem causar, pois não vivenciaram a época da horta para sustento familiar, que era feita de maneira natural. Porém, aqueles que experimentaram seus produtos se tornaram clientes fiéis e alegam que o produto tem muito mais sabor.

Um fator que contribui para que a verdura orgânica tenha um preço mais elevado é o tempo de colheita. Segundo Romualdo, o processo produtivo, da sementeira até a colheita, demora, em média, de quarenta a cinquenta dias, enquanto as verduras convencionais demoram aproximadamente quinze dias menos.

Há, por parte do proprietário, boas perspectivas em relação ao mercado, pois ele atende apenas 25% do mercado consumidor e não há na região outros agricultores que sejam certificados como ele. Estrutura para expandir ele tem, a área é grande e já está toda certificada. Outros supermercados vieram procurar pelo produto, porém, no momento, ele não tem como atender a todos. Cita que prefere atender bem a primeira rede que o procurou do que assumir outros compromissos e deixar a desejar para aquele que já é seu cliente.

Atualmente ele conta com três funcionários em tempo integral e dois para fazer a colheita. Esses funcionários fizeram o curso oferecido pelo SENAR e há um agrônomo, que também é disponibilizado por essa instituição para acompanhar a produção. Semanalmente ele está na chácara, tirando as dúvidas que possam surgir. São produzidos em torno de dez mil maços por mês, e pretende-se, para o próximo ano, iniciar o cultivo de legumes, visto que sua certificação permite isso. Já foi produzido também o tomate, ainda não foi comercializado, porém foi uma experiência e que gerou bons resultados.

Segue como apêndice o roteiro do questionário realizado com o proprietário Romualdo e algumas fotografias que ilustram a propriedade. Segue também, em anexo, o certificado de conformidade da propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a produção de alimentos orgânicos tem crescido expressivamente no Brasil e no mundo. A população busca cada vez mais a melhoria nas suas condições de vida, e isso faz com que esses produtos, que tem alegação da não utilização de elementos químicos, sejam mais procurados. Todavia, percebe-se a falta de conhecimento e informação sobre a existência e sobre o que realmente é um produto orgânico, pois, em diversas vezes, não há diferenciação entre produtos orgânicos e naturais.

O maior entrave na produção de orgânicos é a certificação, já que é um processo que tem um custo elevado e exige muitas adequações, por isso, há a busca por parcerias, que facilitem este processo.

Observa-se que o governo, através do Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento, incentiva a prática dessa agricultura com um site exclusivo para tratar do assunto.

Através do estudo de caso foi possível constatar como ainda é difícil a situação dos pequenos produtores que gostariam de comercializar seus produtos com a certificação de produto orgânico, pois a certificação é um processo complexo e rigoroso e que exige muito do pequeno produtor. Entretanto foi possível identificar que a certificadora auxilia muito o produtor, indicando onde encontrar produtos certificados que possam ser utilizados pelo produtor. A certificadora faz um controle da propriedade constante e pode fazer vistorias para garantir a conformidade em qualquer momento.

Também constatou-se que o próprio mercado tem buscado produtos com diferenciações para oferecer a seus clientes e que não existe produtores o suficiente para atender essa busca.

Ainda através do estudo de caso foi possível averiguar que a parceria é muito importante para os pequenos produtores. Não há dúvidas de que se não fosse o SENAR, dando incentivo e assistência técnica, essa propriedade não teria crescido como cresceu e não seria procurada pela rede de supermercados, pois não teria a certificação e não atenderia as especificações exigidas. O trabalho do SENAR é muito importante para a propriedade e para a população que pode usufruir dos cursos por ele oferecidos.

Enfim, nota-se muita falta de informação a respeito de produtos orgânicos, apesar da política de incentivo que o governo tem feito com incentivos técnicos, mas não tem uma política de crédito que possibilite aos produtores maiores investimentos, e por isso ainda não é possível cobrar um preço maior por eles, pois muitas pessoas ainda buscam o menor preço. A

falta de informação da população não permite que eles aceitem pagar mais por um produto. A partir do momento que haja maiores esclarecimentos sobre esse produto, as pessoas estarão conscientizadas e pagarão um preço maior pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

- ALLEMANN, Roseli et al. **Redes de cooperação e agricultura familiar: um estudo de caso da rede Ecovida de Agroecologia**. 2008 [S.l.: S.n.].
- ANDRADE, Marcos Antônio Ribeiro. **Redes Interorganizacionais: Um Estudo no Setor Calçadista do Vale do Rio Tijucas**. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2007. Disponível em: https://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=361. Acesso em: 20 maio 2010.
- BARRETO, Celso Xim. **Prática em Agricultura Orgânica**. 1.ed. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1985.
- BATALHA, Mario Otavio (Coord.). **Agronegócio Cooperativo**. In: NETO, Sigismundo Bialoskorski. *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica**. Coordenação de Agroecologia. Brasília: Mapa/ACS, 2008. 56 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos : sistemas participativos de garantia**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2008. 44 p.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 3.ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CULTIVO do Café Orgânico. **Sistema de Produção 2**. 2.ed. 2006. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CafeOrganico_2ed/adubacao.htm. Acesso: 28 março 2010.
- DADOS sobre a Produção Orgânica. **Censo agropecuário referente a agricultura orgânica**. IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/producao.aspx>. Acesso em: 28 março 2010.
- DAROLT, Moacir Roberto. **A Agricultura Orgânica na América Latina**. 2001. [S.l.: S.n.]. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabdaroltal.htm>. Acesso em: 28 março 2010.
- EHLERS, Eduardo. **Por que Sir. Albert Howard é considerado o "pai" da Agricultura Orgânica?** Disponível em: <http://www.aa.org.br/ahoward.asp>. Acesso em: 28 março 2010.
- EMPRESA. **Ecobio Produtos Orgânicos**. Disponível em: http://www.ecobiosaude.com.br/a_empresa/. Acesso em: 28 março 2010
- FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Certificação de Alimentos Orgânicos no Brasil**. 2001. Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2001.

FUSCO, José Paulo Alves. **Cadeias de Fornecimento e Redes de Empresas: Abordagem Mercadológica para Avaliação de Competitividade.** São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 ed. Campinas: s/e, 1998.

HARRISON, Jeffrey S. **Administração Estratégica de Recursos e Relacionamentos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

HISTÓRIA. Área FAESP. **FAESP/SENAR.** Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/faesp/pagina/exibe/a-faesp/historia/102>. Acesso em: 15 outubro 2010.

HISTÓRIA. Área SENAR. **FAESP/SENAR.** Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar/pagina/exibe/o-senar/historia/113>. Acesso em: 12 outubro 2010.

HISTÓRIA da Agricultura Orgânica: algumas considerações: **Parte I: Do Século XIX à década de 1960.** Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/histaorg1.htm>. Acesso em: 28 março 2010.

HISTÓRIA da Agricultura Orgânica: algumas considerações: **Parte II: Décadas de 1970 a 1980.** Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/histaorg2.htm>. Acesso em: 28 março 2010.

HISTÓRIA da Agricultura Orgânica: algumas considerações: **Parte III: De 1990 até os dias atuais.** Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/histaorg3.htm>. Acesso em: 28 março 2010.

HISTÓRIA. Nossos Laços com a Agricultura Familiar. **ECOCERT.** Disponível em: <http://www.ecocert.com.br/historia.html>. Acesso em: 15 outubro 2010.

LIMA FILHO, D.O. et al. **Redes de Cooperação no Varejo Alimentar de Vizinhança: Percepções dos Associados.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade 10, Minas Gerais, 2006.

MARCAS Exclusivas. **Grupo Pão de Açúcar.** Disponível em: <http://www.grupopaodeacucar.com.br/marcas-exclusivas/taeq/taeq.htm>. Acesso: 28 março 2010.

MECANISMOS de Controle. **Certificação por auditoria. Sistemas participativos de garantia. Controle social na venda direta.** Disponível em: <http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/mecanismosdecontrole/explicacaogeral.aspx>. Acesso em: 10 setembro 2010.

MEDAETS, Jean Pierre Passos. **A Construção Da Qualidade Na Produção Agrícola Familiar: Sistemas De Certificação De Produtos Orgânicos.** 2003. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/JeanPierre.pdf>. Acesso em: 25 outubro 2010.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A.C. **Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. p.47.Nacional.

MEIRELLES, Laércio. Certificação de Agricultores Familiares. Revista Agroanalysis, São Paulo, ano 6, v. 28, p. 26-27, jun. 2008.

MISSÃO Área FAESP. **FAESP/SENAR**. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/faesp/pagina/exibe/a-faesp/missao/208>. Acesso em: 15 outubro 2010.

MISSÃO Área SENAR. **FAESP/SENAR**. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar/pagina/exibe/o-senar/missao/202>. Acesso em: 12 outubro 2010.

OLAVE, Maria Elena León; AMATO NETO, João. **Redes de Cooperação Produtiva: Uma estratégia de Competitividade e Sobrevivência para Pequenas e Médias Empresas**. Universidade de São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Roberta Fernandes de; GUERRINI, Fábio Müller. **Características Das Tipologias De Redes De Cooperação Entre Empresa**. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

O que é a Certificação da Produção Orgânica. O Processo de Certificação. **AAO**. Disponível em: <http://www.aao.org.br/certificacao.asp>. Acesso em: 28 outubro 2010.

ORMOND, J.G.P. et al. **Agricultura Orgânica: Quando O Passado É Futuro**. 2002. 32 f. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6754975/Agricultura-Organicaquando-o-Passado-e-Futuro>. Acesso em: 27 outubro 2010.

PEREIRA, Heitor José; SANZOVO, Luiz Carlos. **Parcerias Entre Concorrentes na logística de transporte: estudo de caso no mercado financeiro**. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2003, Minas Gerais. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_1194.pdf. Acesso em: 25 setembro 2010.

PRODUTOS e Projetos Sustentáveis. Cooperativas de Consumidores e a Prática do Consumo Consciente. **Orgânicos e Sustentáveis**, 2008. Disponível em: <http://organicos-e-sustentaveis.blogspot.com/2008/08/cooperativas-de-consumidores-e-consumo.html>. Acesso em: 16 abril 2010.

QUEM Certifica Orgânicos. ABIO – Associação de Agricultores Biológicos. **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/abio.htm>. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM Certifica Orgânicos. ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas. **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/anc.htm>. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM Certifica Orgânicos. COOLMÉIA – Cooperativa Ecológica. **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/coolmeia.htm>. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM Certifica Orgânicos. FVOBrasil. **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/fvobrasil.htm>. Acesso em: 28 outubro 2010

QUEM Certifica Orgânicos. IMO. **Planeta Orgânico**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/imo.htm>. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM é ABIO. **ABIO**. Disponível em: <http://www.abio.org.br/abio.php>. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM Somos. **IBD Certificações**. Disponível em: http://www.ibd.com.br/Info_Default.aspx?codigo=quem. Acesso em: 28 outubro 2010.

QUEM Somos. **Rede Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em: 28 outubro 2010.

SACOMANO, José Benedito; FUSCO, José Paulo Alves. **Redes de Cooperação e Clusters Competitivos: Um Estudo Compreensivo**. [S.l.: S.n., s.d.]. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR76_0316.pdf. Acesso em 15 outubro 2010.

SCHUH, G. Edward; ARAUJO, Paulo Fernando. **Cidade de Desenvolvimento da agricultura: Desenvolvimento da Agricultura**. 1.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, v. 4, 1975.

SILVA JÚNIOR, Antonio Batista da. **A Empresa em Rede: Desenvolvendo Competências Organizacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2007.

SOUZA, Ana Paula de Oliveira; ALCÂNTARA, Rosane L. Chicarelli. **Produtos Orgânicos: Um Estudo Exploratório Sobre as Possibilidades do Brasil no Mercado Internacional**. Universidade federal de São Carlos, São Paulo. [S.l.: s.d.]. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabAnaPaula.htm>. Acesso em: 29 março 2010.

APÊNDICE A – Questionário

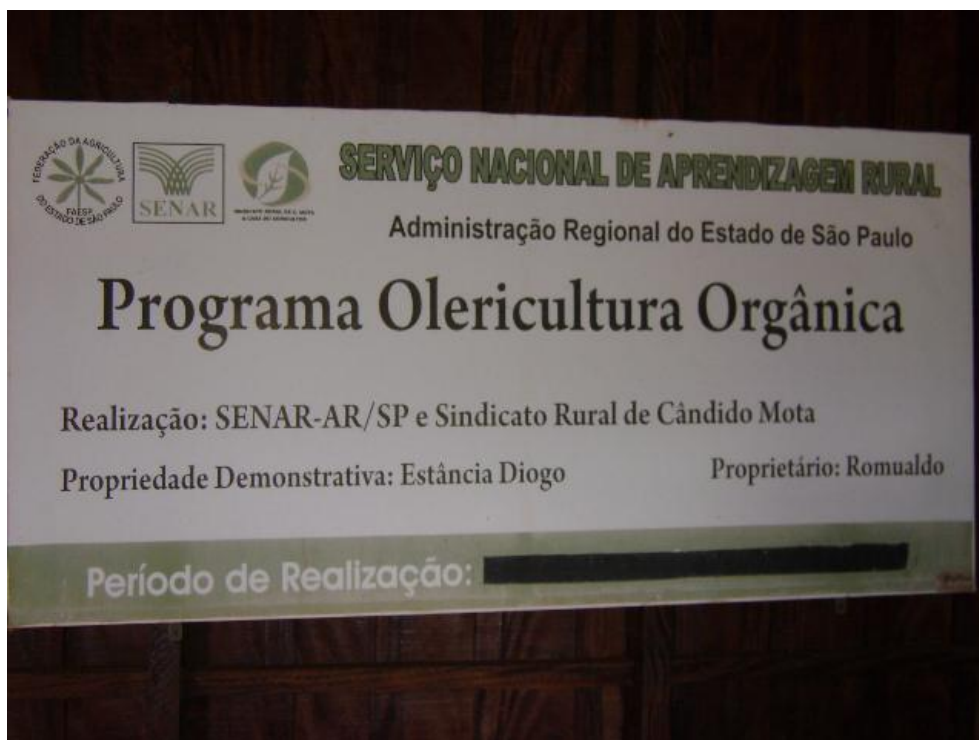
Para a realização da pesquisa de campo, foi elaborado o questionário com as principais perguntas, as quais possam nos proporcionar informações importantes, a fim de agregar valor ao trabalho e com conteúdo que ilustre a prática da teoria estudada. Segue abaixo as questões:

Questionário

1. Histórico: como e quando começou? Por que produzir orgânicos?
2. Como foi processo de? Houve tempo de transição para limpar o solo?
3. Quais são as dificuldades na produção?
4. Quais as barreiras no mercado? Quais as perspectivas para este mercado?
5. Como se deu a parceria com o Senar, e como ela acontece atualmente?
6. A parceria influenciou no processo de certificação?
7. Quais os benefícios desta parceria? E quais as dificuldades?
8. Como é a relação com a rede supermercado para quem fornece esses produtos? Há algum tipo de parceria com ela?
9. Qual a visão de futuro para o mercado consumidor? Como é a relação com este mercado e qual a reação dos consumidores diante desses novos produtos?
10. Há pretensões de ampliação?
11. Como é a concorrência? Como está o mercado neste sentido?

APÊNDICE B – Fotografias da Estância Diogo

Figura 1 – Identificação da Propriedade



Fonte: autor

Figura 2 – Parte da Área de Cultivo



Fonte: autor

Figura 3 – Estufa de Mudas



Fonte: autor

Figura 4 - Irrigação



Fonte: autor

ANEXO A – Certificado de Conformidade

2930BR1000Z1p(BR)


CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

PARA PRODUTOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA DESTINADOS AO MERCADO INTERNO BRASILEIRO

ECOCERT BRASIL

atesta após inspeção, que os produtos listados abaixo e comercializados sob responsabilidade do operador:

Marcia Santiago Fantinatti Alves
Chácara Diogo - Rua Antonio Paulino Barreiro S/N
Água do Miranda - Zona Rural
19880-000 - Cândido Mota/SP

são produzidos, processados e/ou exportados conforme as regras determinadas pela Lei 10.831/03 sobre produção orgânica. O operador concordou com essas regras e submeteu as unidades pertinentes às normas de inspeção previstas na Lei 10.831/03.

Toda referência ao modo de produção orgânica deve respeitar as regras determinadas pela Lei 10.831/03 bem como as demais normas nacionais brasileiras de rotulagem. O produto rotulado deve referir-se a certificação da ECOCERT BRASIL conforme as regras de rotulagem da mesma.

| Local de produção | Comercializador | Ano da colheita |
|---|---|---------------------------------|
| Marcia Santiago Fantinatti Alves 19880-000 - Cândido Mota/SP | Marcia Santiago Fantinatti Alves Chácara Diogo - Rua Antonio Paulino Barreiro S/N | 2010/2011 |
| Produtos comerciais | Categoria de certificação | Quantidade estimada (toneladas) |
| Olerícolas* | Produto orgânico | 16,0 |

* Alface (americana, lisa e mimosa), almeirão (catalonha, pão de açúcar, comum), cheiro verde, chicória, coentro, couve, rúcula, salsa, tomate, agrião, cenoura, beterraba, espinafre, brocolis, rabanete e mandioca.

Este certificado não acoberta a transação de mercadorias. Sendo o caso, as mercadorias devem ser acompanhadas do certificado de transação correspondente. O operador tem o direito de utilizar este certificado e os certificados de transação conforme as regras fixadas pelo contrato de certificação e orientações que lhe tenham sido fornecidas.

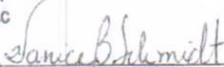
Certificado n°
2930BR1000Z1p(BR)

Valido até:
8/3/2011

Santa Rosa de Lima,
20/5/2010

(ou na data de rescisão do contrato de certificação).

 **ECOCERT BRASIL**
 RUA GERMANO HERMESMEYER, S/N°
 88.763-000 - SANTA ROSA DE LIMA/SC


 Pela ECOCERT BRASIL
 Responsável de certificação

Este documento é propriedade da ECOCERT BRASIL e deve ser devolvido mediante solicitação. Somente o original é válido.

ECOCERT BRASIL
 Rua Germano Hermesmeyer, s/n 88.763-000 - Santa Rosa de Lima/SC
 Tel/Fax: 48-3232.80.33 e-mail: ecocert@ecocert.com.br CNPJ: 07.404.814 / 0001-30
 Acreditada pelo SSCQ do Governo do Estado de Santa Catarina sob número 001/04

ANEXO B – Selo de Certificação



Frazão, Joicy Fontana. Colombo, Mara Amanda. Parra, Marcela Zanguettin

Relações interorganizacionais na produção orgânica: um estudo de caso na Estância Diogo / Joicy Fontana Frazão, Mara Amanda Colombo, Marcela Zanguettin Parra; orientadora: Andréia de Abreu. Marília, SP: [s.n.], 2010.

56 f.

Trabalho de Curso em Gestão Empresarial – Curso de Administração, Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília, 2010.

1. Produção Orgânica 2. Certificação 3. Cooperação

CDD: 658.046